

Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira

Antonio Nivaldo Hespanhol¹

Resumo: O presente trabalho busca resgatar a importância da intervenção estatal na agricultura brasileira, especialmente a partir de meados da década de 1960 quando foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O Governo Federal através da concessão de crédito rural subsidiado avançou o processo de modernização da agricultura e criou as condições para que fosse constituído o chamado complexo agroindustrial no país. A crise econômica dos anos 1980 levou ao esgotamento do modelo de modernização da agricultura consubstanciado no crédito barato e impôs grandes reformulações à dinâmica da produção agrícola do país.

Palavras-chave: Agricultura; Crédito Rural; Modernização; Crise Econômica.

INTRODUÇÃO

O desencadeamento do processo de modernização da agricultura brasileira se deu na década de 1950. Contudo, tal processo tornou-se expressivo a partir de meados dos anos 1960, com a implementação de políticas explícitas de apoio à modernização da agricultura pelo Governo Federal.

Os sucessivos governos militares selaram um verdadeiro pacto com a classe dominante (burguesia urbana-industrial e aristocracia rural) em favor da chamada modernização, ocorrendo assim, profundas alterações na base técnica e organizacional da agricultura sem que tenham sido efetuadas reformulações na concentrada estrutura fundiária do país.

¹ Professor assistente doutor do Departamento de Geografia Humana e Regional da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

I. OS PRIMÓRDIOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL

O governo brasileiro sempre adotou uma postura de grande intervenção na economia em geral e no setor agrícola em particular. No final do século passado e no início do atual (XX) as políticas macroeconômicas eram estabelecidas visando beneficiar a cafeicultura, principal sustentáculo da economia agrário-exportadora, prevalente no período.

No ano de 1918 foi criado o Comissariado da Alimentação Pública que tinha por objetivo solucionar os problemas de abastecimento derivados da dificuldade de importar produtos alimentícios à época da I Guerra Mundial (1914-18). Neste mesmo ano foram estabelecidos os preços mínimos para o feijão e o trigo.

Entretanto, as intervenções do governo no mercado agrícola, até pelo menos o final dos anos 1920, visavam essencialmente assegurar a rentabilidade dos cafeicultores, segmento que detinha grande poder econômico e político.

A queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, teve impacto extremamente negativo sobre a economia cafeeira, gerando uma profunda crise em toda a economia brasileira que dependia essencialmente das exportações de café.

A crise da cafeicultura e as mudanças políticas ocorridas no país a partir da década de 1930, levaram ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor agrário-exportador, representado pelo café, para o setor urbano-industrial, conforme ressalta FURTADO (1986). Houve a partir deste período o estímulo à diversificação da produção agrícola (algodão, amendoim, alimentos básicos) e a política cambial foi estabelecida visando favorecer às importações de equipamentos e máquinas para o setor industrial emergente, a despeito do setor agro-exportador, vinculado ao café, continuar sendo a principal fonte geradora de divisas para o país.

No período pré 1950 não havia, propriamente, uma política agrícola global, mas sim políticas específicas que atendiam aos interesses dos segmentos mais importantes da economia agrária, tais como o açucareiro, o cafeeiro e o cacaueteiro, que dispunham de fortes organizações, tais como: o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a Comissão Especial da Lavoura Cacaueteira (CEPLAC), etc.. *"O objeto maior dessas políticas consistia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos. (...) Buscava-se predominantemente, compatibilizar o crescimento industrial, (...) com a obtenção de divisas a partir das exportações, assim como para abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais."* (DELGADO, 1985: 21).

Em meados da década de 1950, implantou-se no país um planejamento global, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, voltado predominantemente para o crescimento industrial.

Desde o final da II Guerra a economia mundial vinha passando por um progressivo processo de internacionalização, comandado pela expansão de grandes empresas multinacionais. Assim a economia de vários países subdesenvolvidos, inclusive a do Brasil, foi incorporada à fronteira de acumulação do capital monopolista transnacional.

"Esse processo de alargamento das fronteiras de expansão do capitalismo, em sua fase avançada e oligopolista, transformou de forma significativa algumas economias periféricas, incorporando-as definitivamente à franja do mundo industrializado." (COUTINHO & BELLUZZO, 1984: 21).

A partir de meados da década de 1950, o governo brasileiro favoreceu amplamente a entrada de empresas estrangeiras. Com o Plano de Metas inaugurou-se no país o período da industrialização pesada (aço, equipamentos) e de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores, etc.). A grande indústria instalou-se, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, fortalecendo o papel dessas duas cidades como metrópoles nacionais.

A atuação do Estado foi fundamental no processo de industrialização, pois além de oferecer incentivos fiscais e creditícios às empresas, investiu maciçamente em infra-estrutura (energia, transportes, telecomunicações, etc.) e nos setores que exigem grandes investimentos mas que proporcionam baixa rentabilidade. Na verdade houve a associação do capital multinacional, do capital estatal e do grande capital nacional, conforme destaca SERRA, 1984: *"No tripé em que se baseou a industrialização brasileira desde meados dos anos 50, formado pelas empresas do Estado, do capital privado e do capital estrangeiro, a estas últimas coube compartilhar com as empresas estatais o papel de principal protagonista"*.

Como o Governo centralizou seus esforços no incentivo à industrialização, o setor agrícola permaneceu à margem dos estímulos oficiais no decorrer de toda a década de 1950, situação que persistiu até meados dos anos 1960.

2. O CRÉDITO RURAL SUBSIDIADO COMO PRINCIPAL INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Em virtude da elevada concentração fundiária, da reduzida produção, dos baixos níveis de produtividade e da pequena articulação do setor ao mercado, costumava-se, na década de 1950 e início dos anos 1960, rotular a agricultura brasileira de feudal, sendo defendida, por vários segmentos da sociedade, a realização de reformas estruturais, visando compatibilizar o setor com a economia capitalista moderna, representada pela indústria.

A despeito do atraso da agricultura, a urbanização e a conseqüente ampliação da demanda por produtos agrícolas pelo mercado interno, já na década de 1950, motivaram, ainda que restritamente, um crescimento mais intensivo da agricultura, com base na importação de máquinas e insumos químicos, uma vez que tais indústrias ainda não haviam se instalado no país.

Assim, pode-se considerar que até meados da década de 1950, predominou na agricultura brasileira o modelo extensivo, ou seja, a expansão da produção se dava pela incorporação de novas áreas (fronteiras agrícolas) ao processo produtivo².

² Sobre a passagem do modelo extensivo para o modelo intensivo de crescimento agrícola, consultar GOODMAN (1986).

A instalação de indústrias de máquinas agrícolas no país e a necessidade de ampliar as divisas para fazer frente às importações levaram o Governo Militar, instituído em 1964, a estimular o crescimento intensivo da agricultura (modernização).

Assim, foi instituído em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e houve reformulações na Política de Garantia de Preços Mínimos, visando repassar ao conjunto da sociedade os prejuízos decorrentes da instabilidade de preços, muito comum no setor agrícola.

Entre 1965 e o início dos anos 1980, o crédito rural subsidiado constituiu-se no principal instrumento de política agrícola. Através da oferta de crédito rural farto e barato, o governo procurou compensar o setor agrícola da transferência de recursos a que estava submetido.

Segundo dados do Banco Central, no período que se estende de 1970 a 1980, o montante real de recursos carreados ao S.N.C.R., foi ampliado em quatro vezes, sendo que as taxas de juros cobradas no período estiveram, em média, 15 % abaixo dos índices de inflação anual, de acordo com os dados do Banco Central, apresentados por GOLDIN & REZENDE (1993).

O Estado brasileiro encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola se efetivasse, através da implementação de mecanismos, visando, por um lado, expandir o mercado interno de máquinas e insumos industriais, e por outro, ampliar a oferta de produtos exportáveis e de matérias-primas para a indústria.

Segundo MÜLLER (1981:72) o Estado brasileiro colocou-se como "*proprietário do capital financeiro que implementou políticas favoráveis à mudanças da base técnica na agricultura*", erigindo-se como o capitalista financeiro por excelência. De acordo com o mesmo autor "*o Estado passa a planificar a agricultura para o lucro.*" (1981:74).

Observa-se assim, que o processo de modernização da agricultura brasileira foi fortemente subvencionado pelo Estado. As políticas agrícolas implementadas pelos sucessivos governos militares (a partir de 1964) levaram à privatização de grande monta de dinheiro público, beneficiando uma pequena parcela de produtores rurais e as indústrias situadas a montante (produtoras de máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos, etc.) e a jusante (agroindústrias) da agricultura.

A modernização da agricultura brasileira, apesar de ter sido expressiva, não se generalizou, apresentando-se seletiva e diferenciada nos seguintes níveis, nos termos da análise de DELGADO (1985:42):

a) Espacial - limitou-se ao Centro-Sul do país (SP, MG, PR, RJ, GO, SC e RS) e a restritas áreas de outras porções territoriais, geralmente vinculadas a alguma atividade agroindustrial. Mesmo no Centro-Sul permanecem alguns bolsões, marcados pela prática da agricultura tradicional;

b) Sócio-Econômico - atingiu apenas entre 10 e 20 % dos estabelecimentos rurais do país (varia conforme o indicador de modernização que se adote), os quais passa-

ram a responder pelo maior volume e valor da produção agrícola, permanecendo a maior parte dos estabelecimentos (80 a 90 %) à mercê do processo, cumprindo papéis periféricos na agricultura brasileira, e

c) Tecnológico - o desenvolvimento de tecnologias e o investimento em pesquisas restringiram-se aos produtos destinados à exportação e às matérias-primas industriais, permanecendo a grande maioria dos produtos alimentícios destinados ao mercado interno, carentes de incentivos e de melhorias na sua forma de produzir.

Apesar de não ter atingido diretamente todos os produtos, regiões e produtores rurais, o processo de modernização gerou profundo impacto sobre toda a agricultura brasileira, conforme salienta MÜLLER (1989: 130): "(...) a modernização levada a cabo nos últimos vinte anos foi parcial, não há dúvida; mas dizer isso seria muito pouco e enganoso, uma vez que essa parcialidade impôs condições gerais de produção, condições sem as quais torna-se praticamente inviável toda e qualquer linha de produção agrária. Ademais, cabe enfatizar, o caráter geral não provém apenas de uma exigência puramente técnica mas principalmente de exigências econômico-sociais das firmas e grupos econômicos nacionais e internacionais presentes, direta ou indiretamente, nas atividades agrárias."

O resultado desse seletivo processo de modernização da agricultura, consubstanciado no crédito rural subsidiado, foi a grande expansão de alguns produtos exportáveis e/ou matérias-primas agroindustriais e a estagnação e até redução da oferta per capita de produtos tradicionais do abastecimento interno, conforme se verifica pela Tabela I.

Tab. I - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL - 1960, 1980 e 1992 (Em mil ton.)

Produtos	1960	1980	1992	variação 1960/1992%
Soja	205,7	15.155,8	19.947,4	+ 9.440
Trigo	1.312,4	2.701,6	3.424,0	+ 108
Mandioca	17.613,2	23.465,6	24.558,7	+ 39
Cana	56.926,8	148.650,5	266.454,5	+ 468
Café	4.169,5	2.122,3	2.756,8	- 44
Algodão	1.609,2	1.675,8	2.064,4	+ 28
Arroz	4.794,8	9.775,7	10.102,1	+ 110
Feijão	1.730,7	1.968,1	3.178,6	+ 83
Milho	8.671,9	20.372,0	30.700,0	+ 254
Laranja*	8.359,8	54.459,0	87.531,4	+ 1025

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)

(*) Milhões de frutos

Observa-se no período compreendido entre 1960 e 1992, uma grande ampliação da produção de soja, cana-de-açúcar, laranja e milho

A expansão da produção de soja e de laranja deveu-se, tanto aos estímulos internos como às condições favoráveis do mercado internacional aos dois produtos.

O incremento da produção de milho está diretamente associado ao grande crescimento da produção avícola em bases técnicas modernas através do sistema de integração vertical. O grande crescimento da produção de cana-de-açúcar deveu-se principalmente à instituição do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) em 1975.

Por outro lado, observa-se a redução da produção absoluta de café e o pequeno crescimento da produção de arroz, feijão, algodão, mandioca, etc.. No caso do feijão e da mandioca a ampliação da produção foi inferior ao crescimento demográfico, que no período que se estende de 1960 a 1991 foi de 109 % de acordo com a FIBGE (a população do país elevou-se de 70.191.000 habitantes em 1960 para 146.917.158 habitantes em 1991), havendo, portanto, a redução da oferta per capita de tais produtos.

Esse modelo de modernização da agricultura, consubstanciado no crédito subsidiado, estendeu-se de meados dos anos 1960 até o início da década de 1980, quando a economia brasileira entrou em profunda crise com reflexos extremamente negativos sobre todo o setor agrícola do país.

3. O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 1980 SOBRE A AGRICULTURA

A profunda crise fiscal que passou a assolar o Estado brasileiro a partir dos anos 1980 atingiu diretamente o modelo de modernização da agricultura em vigor desde meados dos anos 1960.

Para MÜLLER (1993: 04 - 05), *"o triênio 1981/83 pode ser considerado como um sinalizador histórico da economia e da sociedade no Brasil. Indica o final de um longo período de crescimento, iniciado há mais de 40 anos. (...) O crescimento centrado na substituição de importações industriais parou. E a capacidade de avançar a base material cessou. O país conseguiu edificar um grande, complexo e integrado parque produtivo, regionalmente concentrado, e com seu grande promotor totalmente exaurido: o Estado não dispunha mais de forças financeiras e políticas para promover uma nova e gigantesca onda de inversões, tal como fizera em décadas passadas. (...) Com rapidez e voluptuosidade ímpar vem à tona a face mais cruel do modelo que se esgotara: as imensas massas sociais de pobres e miseráveis."*

Prossegue o autor: *"os anos '80 revelaram a incapacidade das forças econômico-políticas de por em prática um reordenamento nacional que permitisse a reto-*

mada do crescimento, pelo menos, a médio prazo." (MÜLLER: 1993: 06)¹.

No que diz respeito à agricultura, o modelo de modernização balizado no crédito rural subsidiado, entrou em crise já no final dos anos 70, passando a se manifestar integralmente no início da década subsequente, conforme enfatiza ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA (1990: 72): *"Nos anos oitenta, o modelo de crescimento do setor agrícola baseado em subsídio à taxa de juro de crédito rural rapidamente esgotou-se. A economia brasileira, sob o impacto do crescimento acentuado das dívidas interna e externa, e do défice público, passou a conviver com taxas crescentes de inflação. Adicionalmente, o efeito da reestruturação da economia internacional, após os dois choques do petróleo nos anos 70, chegava ao Brasil. E, assim, foram minguando os recursos externos para tocar em frente os projetos de investimentos. O governo teve de processar seguidas mudanças na condução da política econômica e o setor agropecuário não ficou incólume. No tocante ao crédito rural, caminhou-se na direção da retirada dos subsídios embutidos nos encargos financeiros."*

Quando foi instituído o S.N.C.R., em 1965, os recursos destinados ao financiamento agrícola provinham basicamente da exigibilidade sobre os depósitos a vista, sendo apenas complementado com recursos do tesouro. Entretanto, *"com a aceleração do processo inflacionário e a sofisticação do sistema financeiro que o acompanhou, os recursos provenientes da exigibilidade foram ficando cada vez mais escassos, obrigando o Tesouro a alocar mais recursos para a agricultura. Como os juros do crédito rural não acompanhavam a inflação (gerando o subsídio embutido na operação), a situação se tornou insustentável"* (MONTEIRO, 1995:14).

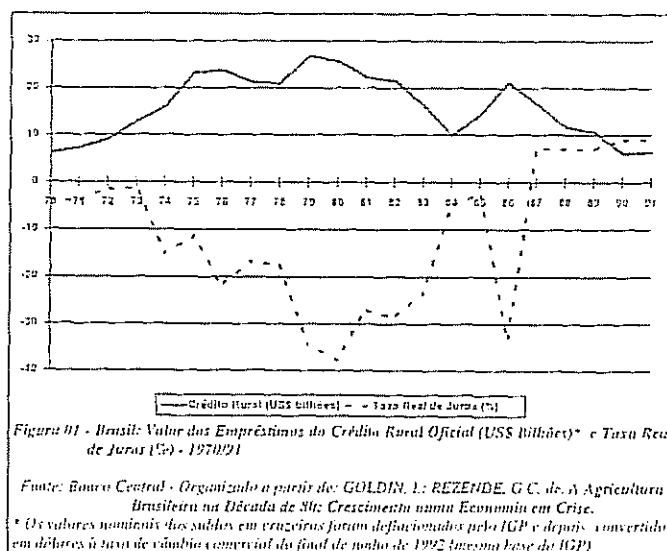
Assim, houve a partir dos primeiros anos da década de 1980, uma diminuição progressiva do volume ofertado e das subvenções ao crédito rural, como reflexo direto do aprofundamento da crise econômica do país.

A restrição creditícia à agricultura *"se deu, de um lado, através da limitação da parcela da produção a ser financiada (...). Por outro lado, e neste caso a restrição ao crédito rural foi mais eficaz, teve-se a elevação da taxa de juros para os empréstimos ao setor, aproximando-se e quase equiparando-se à vigente no mercado"* (FÜRSTENAU, 1987: 151-152).

De acordo com dados do Banco Central o montante real de recursos destinados à agricultura através do Sistema Nacional de Crédito Rural (S.N.C.R.) decaiu 76,0

¹ De acordo com GRAZIANO DA SILVA (1996: 184), nos anos 1980 *"continuou a crescer a desigualdade na distribuição da renda, com o agravante de que os pobres se tornaram ainda mais pobres. (...) Um estudo sobre a pobreza rural em 114 países em desenvolvimento feito pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) coloca o Brasil em sexto lugar entre os países cuja população rural tem renda inferior à linha de pobreza (73 %), abaixo apenas da Bolívia (97 %), Malawi (90 %), Bangladesh (86 %), Zâmbia (80 %) e Peru (75 %). E o que é pior: enquanto a grande maioria dos países analisados mostrou tendência à redução da pobreza rural, no Brasil a população pobre vem aumentando, tendo pulado de 65 % em 1965 para 73 % em 1988."*

% entre 1980 e 1990, mantendo-se em baixa no decorrer do primeiro quinquênio da década de 1990 (Figura 01).



No ano de 1984, "houve a retirada integral do subsídio embutido no crédito, mediante à aplicação plena da correção monetária e juros adicionais de 3 % ao ano para a região Centro-Sul. Desde então, a agricultura passou a conviver com juros reais positivos no crédito rural." (ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990: 72).

4. A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS COMO PRINCIPAL INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA AGRICULTURA

Com a perda progressiva da importância do crédito rural como instrumento de Política Agrícola fomentador da modernização, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), transformou-se no principal instrumento de intervenção do Governo Federal junto à agricultura⁴.

No ano de 1981, os preços mínimos passaram a ser indexados, o que neutralizou os efeitos negativos da inflação que, até então, corroía o valor real dos preços de garantia dos produtos agrícolas. A partir do estabelecimento da indexação a PGPM, ganhou efetividade e conjuntamente tornou-se mais importante que o crédito rural.

Foi criado o preço de intervenção para o arroz, o feijão e o milho no ano de

⁴ A PGPM por incidir diretamente sobre os preços dos produtos constitui-se numa forma de intervenção mais eficaz e menos seletiva do que o crédito rural subsidiado.

1988. O preço de intervenção, depois passou a ser denominado de Preço de Liberação de Estoques Públicos (PLE) e corresponde “à média real de 60 meses do preço do produto no mercado atacadista de São Paulo (...). Somente se, por dez dias consecutivos, o preço superar esse limite, o governo vende seus estoques. A suspensão das vendas deve ocorrer quando os preços voltarem a se igualar ao preço de intervenção ou ficarem abaixo dele, também por dez dias consecutivos. Com essa regra foi criada uma faixa de intervenção na qual o preço de intervenção determina a liberação de estoques e o preço mínimo, às compras.” (CARVALHO, 1994:74).

GOLDIN & RESENDE, (1993: 27) salientam que “nos casos de soja e algodão, o governo deveria intervir no mercado através da política de comércio exterior, usando um sistema de tarifas e subsídios variáveis para manter os preços dentro da faixa historicamente determinada. As modificações feitas na política de preços mínimos, na década de 80, elevaram substancialmente a sua efetividade. (...) o fortalecimento do papel do programa de preços mínimos é um fator-chave para explicar o desempenho relativamente satisfatório do setor agrícola nesse período. Os preços mínimos foram especialmente vantajosos para os produtores distantes do mercado, que enfrentavam altos custos de transporte. Em consonância com isso, o sistema foi particularmente importante para facilitar o crescimento agrícola na fronteira do cerrado do Centro-Oeste, que muito contribuiu para o vigor do desempenho agrícola nos anos 80.”.

5. A CRISE DE FINANCIAMENTO: AS ALTERNATIVAS DOS GRANDES E DOS PEQUENOS PRODUTORES

A despeito de haver recursos para a implementação da PGPM, através das operações de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF), a maioria dos pequenos produtores rurais, por falta de informação e de organização, via de regra acabam vendendo seus produtos aos intermediários capitalistas (cerealistas), muitas vezes por valor inferior ao preço de garantia. Os cerealistas por sua vez, ou armazenam o produto aguardando a elevação do preço (muitas vezes utilizando recursos do EGF) ou eles próprios vendem para o governo através do mecanismo do AGF.

Os segmentos agrícolas mais modernizados da agricultura nacional e conseqüentemente com maior nível de informação e de integração ao mercado, além do acesso às operações de AGF e EGF, têm, desde o final dos anos 1980 e principalmente na década de 1990, conseguido “maior acesso a financiamento externo (pré-pagamento, export note, adiantamento de contrato de crédito) e novos mecanismos internos de financiamento (equivalência produto, certificado de mercadoria com emissão garantida - CM-G -, inclusão de commodities agrícolas no mercado de futuros). (IPEA, 1993:46).

O IPEA considera que “é a disponibilidade de crédito na hora certa e na quantidade adequada, mais do que subsídios, que define a reivindicação do setor. (...)” Sendo que “a eficácia dos novos sistemas de financiamento exigem por sua vez que os mercados agrícolas alcancem maiores níveis de previsibilidade, o que reforça a prioridade dada à questão logística que inclui informação confiável sobre a evolução da safra e o nível de estoques.” (IPEA, 1993:47).

Se os segmentos capitalizados e integrados à dinâmica agroindustrial encontraram formas de se viabilizar, mesmo com a retirada do Estado como grande financiador do processo, a situação de penúria dos pequenos produtores rurais, aliados do processo modernizante, não somente persistiu, como agravou-se significativamente, dado o aprofundamento da crise no decorrer dos anos 1980 e a ausência de incentivos dos diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal).

Para MÜLLER, *"a tendência à generalização do modo moderno de produzir, no contexto seletivo e concentrado de acesso a crédito e às inovações, acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores, alterando-lhe seu caráter: não se trata mais desta miséria e desta pobreza, pois elas são, agora, fruto da modernização geral do país, no meio rural e no meio urbano - modernização técnico-econômica e social - o que permite falar em pobreza moderna. A pobreza moderna rural como resultado da modernização agrária não encontra dispositivos na dinâmica agrária herdada para superar sua situação ultrajante. Esta agricultura não cria milhares de empregos, não necessita ocupar mais terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de proporcionar uma distribuição de renda ou de ativos."* (MÜLLER, 1993:23)

Na verdade, se enquanto perdurou o modelo de modernização da agricultura financiado pelo Estado, a maioria dos pequenos produtores rurais não conseguiu alterar a base técnica e econômica da produção, sendo muitos excluídos do meio rural, dado o caráter excludente e concentrador do processo modernizante, durante a crise econômica iniciada nos anos 1980 e ainda não superada, a situação dos mesmos agravou-se ainda mais.

Por outro lado, a classe patronal rural, moderna e tradicional (oligarquia rural), que usufruiu da modernização consubstanciada em subsídios governamentais, continua com grande peso político, possui uma expressiva bancada no Congresso (bancada ruralista), dispondo de fortes organizações que defendem os seus interesses, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a União Democrática Ruralista (UDR), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), constituindo-se atualmente em defensores ferrenhos do neoliberalismo, mas, contraditoriamente, continuam a reivindicar políticas públicas paternalistas que os favoreçam diretamente, ignorando a grande massa de pequenos agricultores marginalizados do processo produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da intervenção do Estado brasileiro na agricultura ser antiga, ela tornou-se mais expressiva e sistemática a partir de meados dos anos 1960, com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

O crédito rural subsidiado constituiu-se no principal instrumento de política agrícola entre meados dos anos 1960 e o início da década de 1980.

A partir da década de 1980, instalou-se a crise de financiamento da agricul-

tura brasileira. A PGPM, de certa forma, veio preencher a lacuna deixada pelo crédito rural subsidiado. A elevada crise que passou a assolar a agricultura brasileira atingiu tanto os pequenos quanto os grandes produtores rurais.

A despeito das alternativas de financiamento encontradas pelos médios e grandes produtores rurais vinculados aos segmentos mais dinâmicos da agricultura do país e da grande força política que tais agentes concentram, as elevadas taxas de juros do Sistema Nacional de Crédito Rural, a sobrevalorização da moeda (real), a excessiva redução das tarifas de importação e a não correção dos preços de garantia pela Taxa Referencial (TR), têm gerado sérias dificuldades para todo o setor agrícola.

Os pequenos produtores rurais que sempre estiveram à margem das políticas agrícolas, continuam descapitalizados e sem perspectivas de progresso econômico. Os médios e grandes produtores que tomaram crédito oficial viram os seus débitos crescerem exageradamente e o preço de seus produtos despencar, o que levou muitos produtores à situação de insolvência.

Com isso, a agricultura brasileira enfrenta uma das maiores crises de sua história e, o que é pior, não existe perspectivas de superação da situação atual a curto prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ney Bitencourt de; WEDEKIN, Ivan & PINAZZA, Luiz Antonio. *Complexo agroindustrial: "agribusiness" brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de. *Estabilização dos preços agrícolas no Brasil: a política de garantia de preços mínimos*. São Paulo: IEA, 1994 (Coleção Estudos Agrícolas, 1).
- COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O Desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 23, 1984.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985*. Campinas: ICONA; UNICAMP, 1985.
- FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós-1960. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.8, nº 1, p. 139-154, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
- GOLDIN, Ivan; REZENDE, Gervásio Castro de. *Agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993 (Série IPEA, 138).
- GOODMAN, David. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, Edmar KLEIN, Herbert S. (Org.). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro:

- ro: Paz e Terra, 1986. p. 113 - 173 (Coleção Estudos Brasileiros, 93).
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. 217 p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade do complexo agroindustrial*. Campinas, MCT, FINEP, PADCT, 1993.
- MONTEIRO, Maria José Cyhlar. O crédito rural nos Anos 90. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 5, nº. 4, p. 14-15, Abr./1995.
- MORTADA, Nelson. *Alguns aspectos da economia do Estado de Mato Grosso e seleção dos pólos de desenvolvimento*. São Paulo, CIBPU, 1964.
- MÜLLER, Geraldo. *O complexo agroindustrial brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1981 114 p. (Relatório de pesquisa nº 13).
- MÜLLER, Geraldo. Nosso agrário verde-amarelo: contabilizando heranças e sugerindo uma estratégia. *Rascunho*, Rio Claro, nº 27, p. 3 - 39, dez./1993.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: MELLO, BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata (orgs). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise*. 3ª Ed. São Paulo, Brasiliense, p. 56 - 121. 1984.